

EDUCAÇÃO DO CAMPO EM RORAINÓPOLIS- RORAIMA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

María Bárbara de Magalhães Bethonico

Doutora em Geografia e Ordenamento Territorial pela Universidade Federal Fluminense
Professora de Geografia Humana do curso de Gestão Territorial Indígena do Instituto Insikiran de
Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima
e-mail: mbbethonico@oi.com.br

RESUMO

Este artigo analisa a educação da área rural do município de Rorainópolis-RR, através de um trabalho realizado junto aos alunos da disciplina Educação do Campo da Universidade Estadual de Roraima – Campus Rorainópolis. O objetivo da pesquisa foi promover a aproximação dos alunos do curso de Pedagogia e a comunidade do campo, propondo reflexões sobre a prática educativa existente, as propostas do poder público e as teorias e políticas educacionais direcionadas para a Educação do Campo. Para tal, os alunos se envolveram em uma pesquisa conceitual e teórica, complementando a atividade com a aplicação de entrevistas aos feirantes e pais de alunos do campo. O resultado foi um diagnóstico da situação com sugestões para uma mudança e uma aproximação da educação com a realidade, visando à melhoria das condições de vida dessa população.

PALAVRAS-CHAVE

Educação do Campo , Proposta educacional, Rorainópolis.

ABSTRACT

This article examines the education of the rural municipality of Rorainópolis-RR using a work with the students of the discipline of Field Education, State University of Roraima - Campus Rorainópolis. The research aimed to promote the approach of the students of Pedagogy and the community of the field, offering reflections on the existing educational practice, the proposals of the government and the educational theories and policies directed to the Education Field. For such students were engaged in a conceptual and theoretical research, complementing the activity

with the use of interviews with merchants and parents of students in the field. The result was a diagnosis of the situation with suggestions for a change and an educational approach to reality, to improve living conditions in this population.

KEYWORDS

Field Education, Educational Proposal, Rorainópolis.

INTRODUÇÃO

Cidade e campo são espaços que se complementam principalmente no que se refere às relações comerciais dos produtos da alimentação. Essa relação, por outro lado, não significa uma harmonia de condições entre os moradores dessas duas realidades brasileiras. Entre as diferenças, destaca-se a educação, entendida como essencial para o processo de inclusão social.

Em 1960 a população brasileira era predominantemente rural, situação que se inverteu nas décadas seguintes. Em 1996 apenas 25,5% dos brasileiros ainda permaneciam no campo. Segundo Marinho (2008), o processo migratório em direção às cidades tem causas estruturais, mas certamente a educação tem forte influência, pois o modelo de educação urbana é imposto aos alunos do meio rural e não produz no educando os instrumentos necessários para a valorização e a transformação do seu meio. Assim, “a educação pode não ser a única alternativa para sustentar o homem no meio rural, mas com certeza é um forte elemento para que isso aconteça” (Marinho, 2008, p. 9).

De acordo com levantamento do Ministério da Educação e Cultura/MEC (Henriques; Maragon e Delamora, 2007), a população rural está em desvantagem no que se refere à qualidade, destacando as variáveis de frequência escolar, o fraco desempenho dos alunos na educação básica, a taxa de distorção idade-série, situação em que as regiões Norte e Nordeste se destacam.

Diante dessa realidade, o governo programou ações destinadas à oferta de um ensino de qualidade para o resgate social da população do campo. Em 2002, foi criado o Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB nº 1, de 03/04/2002), indicando uma preocupação e o reconhecimento das necessidades culturais, direitos sociais e importância da formação integral e diferenciada, adequada ao modo de viver, pensar e produzir das populações que vivem no campo (Henriques; Maragon e Delamora, 2007). Essas diretrizes representaram uma conquista com indicativos para a adequação do projeto institucional das escolas às

políticas curriculares nacionais, visando legitimar a identidade própria das escolas no que se refere à realidade e saberes próprios da comunidade. Mesmo com essa conquista, percebe-se que o caminho a ser percorrido ainda é longo. A valorização e emancipação dos moradores do campo ainda estão distantes da realidade de municípios como Rorainópolis-RR, espaço dessa pesquisa.

O resultado de uma pesquisa do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em 2007 aponta para um quadro ainda preocupante em relação à Educação no Campo. O analfabetismo no meio rural brasileiro atinge mais de 25% da população, enquanto que na área urbana esse índice é de 4,4%¹. Assim, as propostas do Governo Federal significaram avanços, mas a realidade em algumas partes do Brasil ainda está distante de apresentar melhorias na educação. Nesse contexto,

mesmo quando a população rural era expressiva, isto é, superior à população urbana, não se teve notícias de um plano educacional apropriado para ela, pelo menos dentro dos moldes que se possa pensar um processo educacional, valorizando o educando, seu contexto histórico-político-social, suas características e cultura (Marinho, 2008, p.10).

A atenção dispensada à educação do homem do campo, as leis incluindo a LDB/96, reformas, decretos e movimentos educacionais não foram suficientes para manter o homem do campo em seu espaço, como também para resolver o grave problema do analfabetismo (Marinho, 2008). Essa política tem deixado a desejar no que se refere à eficiência no propósito de contribuir para a transformação da realidade e exclusão dessa parcela de brasileiros.

O primeiro passo para mudar essa triste realidade é conhecê-la com profundidade. Os alunos do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Roraima-UERR – Campus Rorainópolis serão futuros professores no município, sendo que alguns já estão nessa situação. Por isso devem estar atentos à realidade que os cerca para que possam atuar nesse espaço. É preciso conhecer e compreender o contexto histórico e a dinâmica dos movimentos sociais e da Educação do Campo para que esse conhecimento seja norteador de propostas curriculares apropriadas à realidade de Rorainópolis.

Como lembra Freire (1996), um professor deve ser também um pesquisador e conhecer as demandas da comunidade em que atua. Assim, “pensar certo,

1. Redação Terra. IPEA: analfabetismo é maior no meio rural e entre adultos. PNAD, 2007. Disponível em: <http://www.educampoparaense.org/noticias_campo/detalhe.php?nIdRegistro=353>. Acesso em: 23 mar. 2009.

do ponto de vista do professor, tanto implica o respeito ao senso comum no processo de sua necessária superação quanto o respeito e o estímulo à capacidade criadora do educando” (Freire, 1996, p. 29).

Considerando a necessidade de formar professores-pesquisadores e, principalmente ao perceber que os alunos do curso de Pedagogia não conheciam a realidade do meio rural do município, surgiu a proposta de desenvolver uma pesquisa com o objetivo de levantar informações sobre as condições de vida e educação dos moradores das vicinias de Rorainópolis, bem como incitar o debate sobre a teoria e proposições políticas para a educação do campo tanto na escala federal quanto na estadual e na municipal.

Além de proporcionar aos alunos universitários um contato direto com a comunidade da área rural, a pesquisa permitiu uma avaliação das políticas públicas municipais destinadas à educação, bem como a elaboração de um diagnóstico capaz de contribuir para as melhorias da educação municipal.

MÉTODOS E TÉCNICAS

A pesquisa foi realizada durante as aulas da disciplina Educação do Campo do Curso de Pedagogia da UERR, em 2009. O trabalho inicial consistiu no estudo do histórico e da participação dos movimentos sociais na formulação de uma política para a Educação do Campo, incluindo estudos conceituais e teóricos que permitiram reflexões sobre o fenômeno educacional neste contexto.

Buscando a compreensão da atuação, desafios e propostas do poder público municipal em relação à Educação do Campo, os alunos-pesquisadores realizaram uma entrevista com o Secretário Municipal de Educação, Sr. Ibanês Zenati, contando, também com a contribuição de outras funcionárias da secretaria.

O espaço pesquisado é a área rural de Rorainópolis; porém, diante das dificuldades de acesso (transporte e condições das estradas) a todas as vicinias do município, o grupo optou por realizar uma entrevista com os feirantes, uma vez que são moradores do campo, produtores rurais e pais com filhos em escolas.

Foram realizadas 44 entrevistas com os feirantes, objetivando identificar as dificuldades, as expectativas e, principalmente o olhar dos pais sobre a realidade cotidiana que enfrentam no processo educacional dos filhos. A turma de alunos-pesquisadores foi dividida em seis grupos. Cada um dos grupos ficou responsável pela elaboração das questões, aplicação de um pré-teste, aplicação e sistematização das informações, bem como a análise das respostas.

Com isso, buscou-se traçar o perfil do trabalhador do campo que tem como uma das atividades dirigir-se à cidade uma vez por semana para comer-

cializar seus produtos na Feira (do Produtor) de Rorainópolis. As informações julgadas importantes pelos alunos-pesquisadores foram: os problemas do campo, a infraestrutura das escolas, a relação comunidade e escola, o professor e sua atuação nas escolas das vicinais; a proposta pedagógica e o pouco conhecimento que os pais possuem sobre esse aspecto. A seleção desses tópicos teve como base a experiência desses alunos e os estudos teóricos realizados durante as aulas, incluindo as diretrizes do MEC sobre Educação do Campo.

As entrevistas foram aplicadas em um dia de feira, sendo os dados sistematizados nas aulas seguintes, numa análise conjunta com as informações já recolhidas da entrevista com o Secretário de Educação, traçando um diagnóstico da realidade educacional da Educação do Campo.

EDUCAÇÃO DO CAMPO – UMA PROPOSTA DE MUDANÇA E INCLUSÃO?

No âmbito das políticas públicas, a educação é entendida como uma ação estratégica que objetiva a emancipação e a cidadania dos sujeitos e, no caso do campo, colabora para a formação e para o desenvolvimento sustentável regional e nacional.

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205, prevê que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, com a colaboração da sociedade. O intuito é promover o indivíduo a cidadão, mesmo que este não habite a cidade, e qualificá-lo para o trabalho, considerando cidadão alguém que tem a capacidade de decidir, escolher e intervir com ações relacionadas ao processo educativo e aos novos paradigmas da educação do Campo no Brasil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação/LDB (Lei nº 9.394/96) tem como pressuposto uma educação que seja extensiva a toda existência humana e não apenas a um momento escolar, entendendo a educação como instrumento eficaz de promoção da mudança de comportamento nos indivíduos, efetuando a melhoria da sociedade. Nesse sentido, a escola merece destaque como lugar de preparação do ser humano para a vida e para a cidadania. Em seu Art. 28 a LDB dispõe sobre a educação para a zona rural, no qual

cada sistema de ensino deveria realizar as devidas adaptações às peculiaridades de cada região, considerando os conteúdos curriculares, metodologia, interesses dos estudantes, organização do processo educacional, visando adaptá-lo aos ciclos agrícolas e às condições climáticas, além da preocupação com a estrutura natural do meio rural (Marinho, 2008, p. 155).

A visão de um meio rural associada a um atraso em oposição ao meio urbano desenvolvido constrói o olhar negativo e preconceituoso no imaginário do povo brasileiro. A visão que prevalece na sociedade brasileira é a que considera o campo como um lugar de atraso, inferior e arcaico. Assim, a visão urbanocêntrica predominou na educação, mesmo quando o modelo educacional usado na área rural era idêntico ao da área urbana, tornando-se descontextualizado e reforçando a imagem do campo como lugar do atraso (Henriques; Marangon e Delamora, 2007). Esse modelo urbano de educação é aceito e, com fundamentos ideológicos, imposto ao campo. Como lembra Freire (1996, p. 126), a ideologia dificulta a percepção clara dos interesses e nos leva a possibilidade de “docilmente aceitar que o que vemos e ouvimos é o que na verdade é, e não a verdade distorcida”. Nesse sentido, o processo com esse direcionamento ideológico tem a capacidade de penumbrar a realidade, tornando míopes aqueles que aceitam passivamente o discurso tão proclamado de superioridade da cultura da cidade em relação ao campo.

As políticas educacionais encontram-se no centro dos debates públicos a respeito do nosso presente e do nosso futuro. Nesse contexto, pode-se falar da Educação do Campo. Os movimentos sociais foram responsáveis pela construção de um novo olhar, ressignificando a importância do campo com base na justiça social e na sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico do país. Nasce, assim, a Educação do Campo, com a construção de um projeto de desenvolvimento alternativo e a inclusão dos diferentes sujeitos que lá vivem.

Atender às pessoas que vivem e que trabalham na área rural do Brasil com uma educação diferenciada é atender e fazer cumprir um direito dessas pessoas. A história da educação do campo é a história “da construção de um direito: o direito do povo brasileiro que vive e trabalha no campo à educação [...] uma história tão tensa e tão dinâmica quanto a mais recente história do campo e das lutas pelo direito à terra, ao trabalho” (Arroyo *et.al.*, 2008, p. 7).

Porém, como lembra Marinho (2008, p. 11), “não basta ter uma preocupação pela educação de uma determinada classe, é necessário que a educação proposta corresponda à sua realidade e aos seus anseios, o que significa o despertar de uma consciência crítica. A isso chamamos educação e não reprodutivismo”.

Uma das propostas do governo dentro da política da Educação do Campo é superar o antagonismo entre campo e cidade, equiparando e tornando-os complementares e de igual valor para a sociedade. Essa política foi orientada no respeito a diferentes modos de ser, viver e produzir, “contrariando a pretensa superioridade do urbano sobre o rural e admitindo variados modelos de organização da educação e da escola” (Henriques; Marangon e Delamora, 2007, p. 13). A

Educação do Campo é orientada pelo cumprimento do direito de acesso à educação, pela legitimidade dos processos didáticos locais e pela defesa do desenvolvimento social e da justiça ambiental, onde a escola tem um papel estratégico.

Temos, assim, “um olhar que projeta o campo como espaço de democratização da sociedade brasileira e de inclusão social, e que projeta seus sujeitos como sujeitos de história e de direitos; como sujeitos coletivos de sua formação enquanto sujeitos sociais, culturais, éticos, políticos” (Arroyo *et.al.*, 2008, p. 12).

Para Arroyo *et.al.* (2008) o grande desafio da Educação do Campo é entender os processos educativos diante da diversidade de dimensões em que estão envolvidos – processos sociais, políticos e culturais – e no seu papel de formador do ser humano e da própria sociedade.

A construção dessa realidade educacional no meio rural brasileiro está associada a políticas públicas específicas, garantindo o caráter popular e a articulação dessa política com um projeto para o país e

que parta dos diferentes sujeitos do campo, do seu contexto, sua cultura e seus valores, sua maneira de ver e de se relacionar com o tempo, a terra, com o meio ambiente, seus modos de organizar a família, o trabalho, seus modos de ser mulher, homem, criança, adolescente, jovem, adulto ou idoso; de seus modos de ser e de se formar como humanos (Arroyo *et.al.*, 2008, p. 15).

A história das pessoas que habitam o meio rural, dos participantes das lutas sociais, as relações com a terra e com as formas de organização solidária devem fazer parte da educação e serem contempladas no currículo das escolas do campo. Nesse sentido, é preciso associar a realidade concreta a disciplinas cujo conteúdo se ensina em sala de aula. Como lembra Freire (1996, p. 30), torna-se fundamental estabelecer “uma intimidade entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social” que possuem os educandos.

Como destaca Araújo (2005), os currículos dessas escolas precisam ser desenvolvidos a partir das mais variadas formas de construção e reconstrução do espaço físico e simbólico, dos territórios, dos sujeitos que o compõe e de suas relações com o meio ambiente. O ensinar exige, segundo Freire (1996), estar aberto ao contorno geográfico e social dos educandos, confirmando a

importância inegável que tem sobre nós o contorno ecológico, social e econômico em que vivemos. E ao saber teórico desta influência teríamos que juntar o saber teórico-prático da realidade concreta em que os professores trabalham [...] as condições ma-

teriais em que e sob que vivem os educandos lhes condicionam a compreensão do próprio mundo, sua capacidade de aprender, de responder aos desafios” (Freire, 1996, p. 137).

Neste contexto, é importante inserir discussões temáticas sobre direitos humanos, questões de raça, gênero e etnia, justiça social, bem como outras relacionadas à produção, como tecnologias agrícolas, viveiros e produção de sementes, sendo o elemento terra como transversalizador do currículo. Para Araújo (2005), as pessoas do campo podem e têm condições de pensar uma educação diferenciada e mais próxima da realidade, capaz de promover a inclusão na sociedade sem que isso ocorra de forma hierarquizada ou subordinada à população urbana. Para tal torna-se primordial que a escola esteja no campo e com uma educação do campo, e não para o campo, quando aquela é imposta e sem a participação da comunidade.

O ESPAÇO DA PESQUISA: RORAINÓPOLIS

Nas últimas décadas do século XX, o Estado de Roraima passou por um processo de ocupação de seu território, quando os projetos de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA formaram uma de suas bases. Nesse contexto histórico surgiu o município de Rorainópolis a partir de um assentamento do INCRA, em 1975.

A construção da BR 174, que liga a cidade de Manaus-AM a Boa Vista-RR permitiu a chegada de um caminhão transportando os primeiros cinquenta e cinco moradores, todos do Maranhão. Em meio a dificuldades e doenças, principalmente a malária, essa população persistiu no local, chegando a um total de mais de 17 mil habitantes em 1995, ano em que a Vila do Incra, como era conhecida, foi emancipada com o nome de Rorainópolis. Atualmente possui uma população de 24.466 habitantes (IBGE, 2007), apontando para uma rápida expansão urbana, creditada, também, ao grande fluxo de moradores da área rural em direção à cidade. Além do rápido crescimento populacional, os dados do Censo demonstram a redução do percentual da população rural que, em 1991 correspondia a 76,23% do total da população e, no ano de 2000 esse percentual é de 58,69%. Em 2007, percebe-se pouca alteração nesse quadro, com um percentual de 58,66% da população vivendo na área rural, correspondendo a 14.352 habitantes.

Atualmente o município conta com um total de 26 escolas rurais, atendendo a aproximadamente 1.900 alunos no modelo multisseriado. Segundo dados do Governo Federal, havia em Rorainópolis uma taxa de alfabetização de 76,06%,

no ano de 2000. Os dados do Índice de Desenvolvimento Humano/IDH específicos da educação indicam uma situação ainda preocupante em 2006, quando apresentou um índice de IDH igual a 0,49. As indicações anteriores, quando em 2000 esse índice era de 0,44 e em 2005 de 0,53, demonstram que poucos avanços ocorreram (IPEADATA, 2010)².

A REALIDADE DO MEIO RURAL E DA EDUCAÇÃO EM RORAINÓPOLIS

A aplicação das entrevistas permitiu ao grupo de alunos-pesquisadores conhecer melhor as pessoas que vivem nas vicinias do município, suas preocupações e perspectivas. Os resultados são apresentados em tópicos, com as indicações dos alunos que produziram a pesquisa.

Perfil dos trabalhadores rurais de Rorainópolis³

A maioria dos entrevistados é do sexo feminino (75%), apontando para a importância da figura da mulher na vida econômica do campo e em alguns casos aparecendo como responsáveis por toda a renda familiar. O trabalho na feira é pesado, incluindo carregar e descarregar os produtos. Essa tarefa, juntamente com uma agilidade necessária no atendimento dos clientes, aparece como pontos que definem a faixa etária dessas mulheres – entre 30 e 40 anos (48%).

Os produtores rurais moram com a família em seus lotes há mais de cinco anos (84%). As famílias têm, em média, cinco pessoas (60%) que sobrevivem com uma renda familiar de até um salário mínimo (92%).

Os problemas do campo⁴

Dentre os problemas apontados, destaca-se a dificuldade de acesso e a movimentação dessa população, sendo as condições precárias das estradas o maior problema (34%). Outros problemas são apontados, como o pouco atendimento médico (22%), a falta do crédito rural (21%), a educação de baixa qualidade (14%) e, por último, a dificuldade na comercialização dos produtos (9%).

2. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em 11 jan. 2010.

3. Alunos: Francimar Lopes da Cunha; Maria Lenira Nascimento de Carvalho; Leandra Sousa Gonçalves; Evanir Leite Muniz; Jocélia Ribeiro da Silva; Kate Rodrigues Soares; Ivaneide Franco de Sousa.

4. Alunos: Gildo Roque Melo; Antenor Ferreira dos Santos Filho.

A pouca assistência técnica faz parte do dia a dia dessas pessoas. A esfera municipal é a mais próxima da comunidade, com o desenvolvimento de ações que a beneficiam, mas ainda são insuficientes do ponto de vista dos entrevistados. A pouca assistência reflete diretamente na enorme demanda das comunidades. A criação de programas específicos para o homem do campo, na forma de políticas agrícolas, assistência técnica, escolas, apoio, maquinário, melhoria das estradas, crédito rural, comunicação, saúde e, também, a ampliação de áreas para cultivo mesmo que implique novos desmatamentos, são as demandas dessas pessoas.

A infraestrutura das escolas localizadas nas vicinais de Rorainópolis⁵

As distâncias que separam os alunos das escolas são vencidas com o transporte escolar disponibilizado pelo governo. Mas a pesquisa identificou insatisfação por parte dos pais no que se refere à qualidade do serviço oferecido (68%).

O descontentamento também ocorre quando falam da infraestrutura dos prédios escolares (84% consideram ruim), sendo as instalações inadequadas para os alunos. De acordo com os levantamentos, as escolas dispõem de apenas uma sala, não possuindo secretaria, copa, banheiros adequados ao uso e nem mesmo cadeiras e carteiras em número suficiente.

Apesar da insatisfação quanto às condições físicas das escolas, o mesmo não ocorre em relação à visão dos pais quanto à capacitação dos professores (59% indicam uma boa atuação dos professores e 41% informam que os professores não têm a devida capacitação). Os professores da área rural de Rorainópolis acabam por exercer várias tarefas como limpeza e preparação da merenda, além de ministrarem as aulas.

A comunidade tem consciência das deficiências das escolas de Rorainópolis e acredita que o problema não está recebendo a devida atenção por parte do poder público, tanto na infraestrutura e acesso às escolas, quanto na formação e capacitação dos professores, ações que devem visar à melhoria das práticas escolares e a aproximação da prática pedagógica com a realidade do campo.

A relação comunidade-escola⁶

Uma mudança ocorrerá quando a comunidade se envolver no processo educacional. Nesse sentido as comunidades rurais devem estar inseridas no desenvolvimento educacional através do acesso a uma escola pública de qualidade

5. Alunos: Rosiane da Natividade Araújo; Gildo Roque de Melo; Nara Raiany;

6. Alunos: Kate Rodrigues Soares; Evanir Leite Muniz; Jocélia Ribeiro da Silva.

e a participação nos movimentos e diretrizes políticas, históricas e sociais, respeitando os aspectos multiculturais e transformando a escola num dos locais de promoção da integração.

A escola é um espaço capaz de agrupar vários atores sociais. Uma gestão democrática dessa instituição, com a participação da comunidade nas decisões pode vir a contribuir para o aprendizado dos alunos e da própria comunidade envolvida. As contribuições podem ser na melhoria da infraestrutura, como reparos no prédio ou no mobiliário escolar, bem como em questões relacionadas ao Projeto Político Pedagógico, contribuindo para a autonomia da escola.

Na relação com a escola os pais buscam a participação nas atividades, principalmente nas comemorações escolares, como Dias das Mães, das Crianças, Páscoa, dentre outras que marcam o calendário escolar. Essa participação é limitada aos momentos festivos.

Uma gestão participativa em que a comunidade pode discutir propostas para aplicação de verbas públicas e projetos pedagógicos não faz parte da realidade dessa população, pois nenhum dos pais entrevistados tem o conhecimento sobre as verbas destinadas à escola de seu filho e nem mesmo sobre o destino desse dinheiro.

Acreditam que a escola pode ser uma parceira, aproximando-se da realidade dos alunos e da comunidade. Uma das formas dessa parceria é a criação de cursos que possam melhorar a produção agrícola, como horticultura, que pode ser desenvolvida tanto na própria escola quanto nas casas, com a participação dos alunos e dos pais. A preocupação com o meio ambiente está presente na vida da comunidade. Numa ordem de prioridade, a população entrevistada indicou o desenvolvimento sustentável, horticultura, agricultura e piscicultura como temas que a escola deveria promover discussões e cursos.

O professor das escolas rurais de Rorainópolis⁷

Na visão dos pais dos alunos, os conteúdos trabalhados em sala de aula estão distantes de questões básicas para o meio rural, como as ambientais. A maior parte dos pais (77%) não observa uma conexão entre os temas pesquisados pelos filhos e as questões ambientais. Essa relação é inexistente também nas tarefas extraclasse, quando os pais, ao acompanharem os filhos, não identificam temas relacionados ao campo (81%).

A formação específica para o professor do campo não acontece na prática

7. Alunos: Maria Edinéia Freitas; Auriana Nascimento Ramos; Antonio Carlos Alves da Silva; Ivaneide Franco de Sousa.

em Rorainópolis. Os entrevistados acreditam que essa formação certamente iria contribuir para a melhoria do ensino e da aprendizagem dos alunos (78%).

Comunidade e a proposta pedagógica⁸

A pesquisa buscou constatar se os conhecimentos adquiridos na escola são contextualizados com a prática rural e podem ser aplicados na vida cotidiana desses alunos. De acordo com as indicações, a distância entre as práticas escolares e a vida das famílias ainda é grande, pois 71% dos pais informaram que não existe essa conexão; apenas 14% confirmaram que existe algum aproveitamento desse conhecimento para o desenvolvimento de hortas domésticas. Os demais entrevistados não opinaram sobre a questão.

Essa falta de interação é reforçada quando os pais informam que a educação a que os filhos estão tendo acesso não tem estimulado o trabalho com a terra e com práticas voltadas para sua realidade. Do total dos entrevistados que responderam, 60% confirmou que o ensino não tem conseguido estimular para a vida no campo.

A não continuidade do ensino no campo é outro sério problema enfrentado pelos moradores rurais de Rorainópolis. Do total de entrevistados, 91% dos pais confirmaram que, após o término de 1ª a 4ª série, os alunos precisam se deslocar para outras regiões como áreas urbanas para dar continuidade aos estudos, pois os programas educacionais não estão de acordo com suas necessidades educacionais.

A AÇÃO PÚBLICA PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM RORAINÓPOLIS

Uma nova equipe assumiu a Secretaria Municipal de Educação de Rorainópolis no ano de 2009, juntamente com o novo prefeito. Algumas mudanças foram iniciadas, como a desativação de 15 escolas rurais devido ao reduzido número de alunos. Com essa desativação, os alunos foram encaminhados para outras escolas, utilizando o transporte escolar para o deslocamento. A justificativa dada aos questionamentos por parte dos moradores sobre essa desativação foi a necessidade de aliar uma qualidade com a redução dos custos.

No que se refere à formação dos professores, existe a preocupação de capacitá-los para uma atuação multisseriada, além da implantação do Programa Escola Ativa (Resolução 017/2000 – CEE/RR), para os alunos das séries iniciais

8. Alunos: Agda Alves Pinto; Alinduina Veras Maia.

do ensino fundamental, com o envolvimento da comunidade.

A realidade multisseriada, juntamente com a precarização da escola, compromete o processo ensino-aprendizagem dos alunos da área rural. A alternativa encontrada pelo poder público de Rorainópolis foi a implantação da Escola Ativa. Este é um programa que tem como objetivo melhorar a qualidade e o desempenho dos alunos nas turmas multisseriadas das escolas do campo. Para tal propõe como estratégias a utilização de recursos didáticos e pedagógicos capazes de estimular a construção do conhecimento do aluno e a capacitação dos professores⁹.

Segundo Araújo (2005), a Escola Ativa tem como princípio norteador a valorização do aluno e do professor, sendo o primeiro visto como um ser livre, ativo e social, e o segundo com o papel de facilitador no processo de aprendizagem e a valorização da comunidade como parceira na transmissão da cultura, dos saberes sociais e na participação das atividades escolares. Esse programa apresenta uma metodologia que objetiva a redução das taxas de evasão e repetência, correção da distorção idade/série, promoção da equidade. Com essas ações pretende (quem pretende? Falta sujeito) melhorar a qualidade da educação básica no meio rural. De acordo com o projeto, os alunos terão acesso a novos conhecimentos dentro de uma lógica cooperativa, desenvolvendo a capacidade de aplicar os conhecimentos adquiridos no meio social em que vivem, como uma demanda da própria comunidade de Rorainópolis.

A implementação da Escola Ativa nas escolas de Rorainópolis, sem considerar as demandas das comunidades, pode acarretar, no cotidiano escolar, o que Paulo Freire denomina de “falso sujeito da formação”, referindo-se a professores que se utilizam de um conhecimento pronto e que é repassado aos alunos sem nenhum questionamento. O secretário municipal reconhece os profundos problemas em que se encontra o meio rural do município e, com base nesse conhecimento, defende que, pelo menos inicialmente, a melhor decisão é levar os alunos das vicinais para estudarem na área urbana, caminhando em sentido contrário à proposta da Educação do Campo.

O município não possui processo seletivo específico para professores do Campo, nem um projeto que possa aliar a produção rural dos pequenos agricultores com a merenda escolar, pensando ser uma parceria com benefícios para todos os envolvidos. Os professores não recebem incentivos específicos, mas apenas uma compensação pela distância percorrida diariamente (da área urbana para a escola na vicinal).

9. Informações disponíveis em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=259&Itemid=817>. Acesso em 12 jan. 2010.

CONCLUSÃO

A pesquisa realizada pelo grupo revela que os sujeitos do campo de Rorainópolis ainda são submetidos a um processo de escolarização desvinculado da proposta da Educação do Campo, convivendo com o modelo multisseriado e um ensino descontextualizado. A adoção de uma proposta acabada, sem considerar as demandas da comunidade e o contexto em que vivem os sujeitos leva, certamente a uma educação sem sentido e incapaz de promover transformações nesses sujeitos e na sociedade.

Mesmo considerando a ação do poder público em adotar a Escola Ativa, percebe-se que ações como o fechamento de escolas com o encaminhamento dos alunos para as escolas urbanas certamente comprometerá os objetivos de uma educação diferenciada. Cabe destacar que, muitas vezes, a adoção dessas propostas ocorre como forma de reduzir os custos com a educação, uma vez que estas incluem a formação de professores e material didático.

A organização curricular não está afinada com a demanda da comunidade que observa o distanciamento entre o que é ensinado aos seus filhos e a realidade que enfrentam cotidianamente. Essa descontextualização tem imprimido características ao ensino de Rorainópolis que compromete a formação de cidadãos, quando exclui a comunidade da participação efetiva na escola, limitada apenas a momentos festivos e datas comemorativas. A comunidade deve ser percebida como parceira auxiliando e contribuindo para a construção de uma educação de qualidade e com a participação de todos.

A educação do campo de Rorainópolis está longe do ideal. As escolas das vicinais não têm uma estrutura adequada para atender aos alunos, fato que tem comprometido o desenvolvimento e a aprendizagem e, conseqüentemente, o processo de inclusão social desse grupo.

É possível perceber que o trabalhador do campo de Rorainópolis é esquecido não apenas na área educacional mas também em outros aspectos como as péssimas condições das estradas que afetam o escoamento da produção para sua comercialização.

O município tem grandes desafios a superar. É imprescindível construir um processo de educação no campo e uma proposta pedagógica adequada ao modo de vida dos camponeses, permitindo uma aprendizagem mais significativa para o contexto em que vivem. A adequação curricular deve ocorrer e o professor, buscar metodologias e conteúdos mais relacionados ao cotidiano e às atividades produtivas e culturais desenvolvidas pelas famílias. É importante um investimento por parte do poder público na qualificação dos trabalhadores da área da edu-

cação no campo, para que a atuação contribua no atendimento às necessidades desse grupo comunitário.

As mudanças necessárias para uma educação do campo eficiente não devem se limitar a uma simples adaptação do calendário, como lembra Marinho (2008), mas o processo educacional deve ir ao encontro das características gerais e especificidades da vida desse grupo, principalmente a diferença ambiental no qual o homem está em contato direto com a natureza e dela retira seu sustento e sua reprodução.

Alguns temas e discussões devem ser privilegiados como os relacionados diretamente à produção agrícola (chuva, vento, geada, sol, estiagem, regime hídrico, processos erosivos naturais e antrópicos, uso do solo), como também os relacionados aos aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos (reforma agrária e conflitos, mercado para produtos, associativismo, cooperativas, novas tecnologias para produção mais eficaz e sustentável).

Em Rorainópolis, é possível perceber que os professores encaminhados para trabalhar no campo sofrem de um preconceito em relação a sua atuação. Lecionar no campo é percebido como um “castigo”, uma punição aos professores que, de certa forma, não se enquadram nas regras impostas pelos superiores na hierarquia do poder público. Outro problema é que esses profissionais não possuem formação específica para atuarem nessas escolas e ainda são em número insuficiente para o atendimento dos alunos.

A comunidade rural de Rorainópolis tem vários desafios para a efetivação de uma política educacional, com resultados práticos que possam traduzir uma mudança na sua vida cotidiana e na efetivação de um ensino de qualidade almejado pelas lutas dos movimentos sociais.

É fundamental; para uma mudança, a boa vontade política e a atuação do poder público. O grupo docente e discente envolvido na pesquisa aqui exposta acredita que falta ao poder público de Rorainópolis conhecer as necessidades e demandas dessa população. O levantamento da realidade aqui realizado pode contribuir para uma mudança desse quadro, principalmente pelo fato de que os alunos-pesquisadores serão os futuros professores de Rorainópolis.

As alunas-pesquisadoras Agda Alves Pinto e Alinduina Veras Maia alertam que a escola deve desprezar todo o currículo que predominou até o momento, mas é necessária uma releitura desse chamado “currículo oficial” com questionamentos das matrizes pedagógicas ali presentes. Para tal, a comunidade precisa discutir o seu papel, se colocar e atuar como parte integrante do processo educativo.

O meio rural brasileiro apresenta uma diversidade que deve ser considerada nos processos educacionais. As políticas de educação devem garantir essa

heterogeneidade, mas sintonizada com as políticas nacionais e, ao mesmo tempo, articulada com as demandas e especificidades locais. Nesse sentido torna-se fundamental que o poder público tenha conhecimento da realidade das comunidades rurais e de suas demandas para que estas se sintam participativas e se tornem parceiras. Assim, o Estado deve cumprir sua função em garantir o direito a uma educação de qualidade. Por outro lado essa ação não deve ser uma via de mão única. É necessário, também, que as pessoas se organizem e participem ativamente de forma a pensar no desenvolvimento do seu espaço e também além dele, nas comunidades vizinhas, em ações conjuntas na busca da solução de problemas não apenas na área educacional, mas em outras, como saneamento, saúde, trabalho, produção e comercialização, abastecimento de água e energia, que se traduzem em uma real melhoria das condições de vida dessas pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Lilian Barboza de Sena (Org.). **Guia para a formação de professores da Escola Ativa**. Brasília: MEC/FNDE/Diretoria de Programas Especiais/FUNDESCOLA, 2005. 214 p.
- ARROYO, Miguel Gonzales. *et al.* (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 214 p.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 146 p.
- HENRIQUES, R.; MARANGON, A.; DELAMORA, M.; CHAMUSCA, A. **Educação do campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília: SECAD/MEC, 2007.
- MARINHO, Ernandes Reis. **Um olhar sobre a educação rural brasileira**. Brasília: Universa, 2008. 181 p.
- RAMOS, M. N.; MOREIRA, T. M.; SANTOS, C. A. (Coords.). **Referências para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídios**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica/Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004. 48 p.